

HOMENAGEM DE VIDA

Homenagem de vida a Paulo Freire Por que celebrar Freire?

Life tribute to Paulo Freire - Why celebrate Freire?

Jane Paiva*

Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.
(Bertolt Brecht)

Esta é a pergunta que norteia este texto.

A obra de Paulo Freire, seu passar no mundo deixaram marcas indeléveis que decidimos ativar para celebrar o homem e a obra – respeitado por todos nós que constituímos o pensamento educacional brasileiro e do mundo em geral.

No momento político em que vivemos no Brasil, novamente ameaçados diariamente pela perda da liberdade de expressão – e o que é pior, do direito a pensar diferente de uma perspectiva que se impõe hegemônica –, Paulo Freire se agiganta para nós, e a celebração de seu centenário de nascimento o faz, cada vez mais, *imprescindível*, tal como Brecht immortalizou no poema com que eu comecei o texto.

Seguimos desde 2021 em homenagens a Paulo Freire que completou, no último 19 de setembro, 100 anos. Muitas homenagens foram a ele dedicadas durante o ano de seu centenário, no entanto, a importância de seu pensamento e obra no Brasil e no mundo é de tal monta que não podendo

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: janepaiva27@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3501-8740>.

DOI: 10.12957/rep.2022.68595



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

homenageá-lo como sonhado pelos educadores – em celebrações e festas de conagração, devido a restrições sanitárias decorrentes da pandemia de Covid-19 que ainda persistia –, decidiu-se prolongar festividades e homenagens até setembro de 2022, reforçando a relevância de tê-lo como patrono da educação brasileira.

Muito também já se escreveu, discursou, explanou sobre o homem e a obra, desde que *Pedagogia do oprimido* pôde finalmente ser disseminada entre nós, brasileiros, publicada originalmente e totalmente escrita fora de seu país natal. Em processo de reflexão, diálogo com seus pares e anotações, Paulo Freire foi tecendo a obra mais notável de sua produção, a mais conhecida pelas reflexões que anuncia e pela forma como subverte a lógica – dada como natural – de opressão e de desigualdade no mundo capitalista.

Paulo Freire foi acusado de subversão e preso em 1964 por 70 dias, tão logo o golpe civil-militar derrubou um governo legitimamente eleito – o de João Goulart. Seu delito: junto a um grupo de universitários, concluíra o projeto de alfabetização de 300 trabalhadores rurais adultos em 40 horas – conhecida a experiência como *As 40h de Angicos* – cidade no interior do Rio Grande do Norte, no Nordeste. Naqueles anos 1950-1960, segundo dados do Ministério da Educação, 15,9 milhões de brasileiros acima de 15 anos (que representavam à ocasião quase 40% da população do país) não sabiam ler e escrever.

Com o golpe, e depois de libertado da prisão, Freire parte para um primeiro exílio, breve, na Bolívia, e em seguida vai para o Chile onde trabalhou por cinco anos no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (Icira) e para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Essa a experiência decisiva de Freire que lhe dá fundamentos para a escrita de *Pedagogia do oprimido*. No exílio, protegia-se da perseguição que um regime civil-militar autoritário, ditatorial impôs ao país. Regime que punia todos os que pensavam diferente de um modo servil e colonizado, e que a ele tinham críticas – denúncias – e propostas – anúncios – de um outro país possível, sem os grilhões da subalternidade, da escravização, da exploração capitalista, da ausência de direitos, para viver como iguais.

No Chile, vivendo o governo progressista de Salvador Allende, igualmente assassinado pelo seu pensar diferente e por propostas progressistas que tiravam o país das amarras coloniais, pôde exercitar na prática suas reflexões com muitos que, como ele, acreditavam em uma América não mais servil e em um povo livre e emancipado. O golpe no Chile o empurrou para a busca de um novo abrigo, reiniciando um exílio que durou, *in totum*, 16 anos.

Até aqui este não se trata de um texto incomum, ou mesmo inédito no que apresenta de informações e ideias, mas seu título foca na homenagem de vida que se deve a Paulo Freire, eternizando-o na educação, por uma vida vivida com tantas emoções, andarilhagens e aprendizados, em busca do *ser mais*. A homenagem tem lugar e é bastante apropriada nesse tempo

obscuro que passamos a viver, quando até mesmo a reverência que lhe foi prestada como patrono da educação brasileira esteve ameaçada pelo obscurantismo que direciona a política no país. De tal ordem o obscurantismo tomou conta que o episódio que marcou o momento dessa escrita pode simbolizar um ponto impensável a que chegamos no país – sem projeto (ou quem sabe um projeto mesmo de destruição e entreguismo) e sem futuro. Relato-o, como uma necessária digressão ao texto, para que não se perca nos subterfúgios da memória, tal a possibilidade de ser dado como inverossímil, além de inimaginável.

Refiro-me ao acontecimento último com o ex-ministro da educação Milton Ribeiro, no aeroporto de Brasília quando tentava embarcar para São Paulo no dia 25 de abril de 2022. Inscrevo o episódio que culmina uma escalada de absurdos que se sucederam até torná-lo ex-ministro de um cargo público. Milton Ribeiro, pastor evangélico, ocupou o Ministério e saiu cercado de escândalos atribuídos a outros pastores sem funções oficiais, por ele acolhidos e, do mesmo modo, no Planalto. Segundo declaração do próprio ministro, por orientação do presidente, tentavam e conseguiam –confirmado por depoimentos de vários prefeitos –, valer-se da proximidade e realizar malversações do dinheiro público do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Milton Ribeiro, pastor que levava em sua pasta ao tentar embarcar de volta para São Paulo, depois de exonerado do MEC, não uma bíblia, como talvez se esperasse de alguém com seu perfil, nem qualquer outro livro, sendo então ex-ministro da educação, mas um objeto ícone e símbolo dos que governam o país: uma arma! Arma essa que, segundo o próprio, tentou descarregar sem a retirar da pasta e que nessa manobra disparou, atingindo com estilhaços uma funcionária da companhia aérea vizinha à que pretendia embarcar.

Pois bem, exatamente esse Ministério, o governo desses e de outros absurdos, que certamente jamais leu Freire, tentou retirar dele o título de patrono da educação, originalmente proposto pela deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), ex-prefeita de São Paulo, com quem trabalhou e serviu ao povo paulistano nos anos 1989-1991.

Aprovado o projeto na Câmara, o foi em seguida na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff como Lei n. 12.612/2012. (BRASIL, 2012). Ao tempo em que Secretário Municipal de Educação de São Paulo, Paulo Freire pôde pôr em prática muitos aspectos de seu pensamento como políticas públicas e exercitar princípios de valor democrático e de participação social popular para a educação de todos.

O momento político não deixa espaço para argumentação, para persuasão, porque não admite diálogos. Por que a ideologia vigente não exercita justamente a filosofia freireana mais defendida: o reconhecimento do *outro* como *outro* que, por isso mesmo, me constitui no que sou, e me permite, com ele, dialogar e promover minha formação humana? Só há argu-

mentos calcados na força, ditos em mídias que produzem verdades a preços de ocasião. Nada mais oportuno, portanto, do que (re)pensar Paulo Freire e suas ideias, desfazendo os discursos de que há um “bando” de cegos que seguem, como ovelhas, a um pastor que, ainda que morto, as conduz.

Faço, assim, justiça a um educador cujo reconhecimento no mundo rico e no mundo pobre de todas as nações é inconteste. Perseguido e atormentado que foi em vida, para ser, novamente, atacado, depois de morto há 25 anos em seu país de nascimento, leva-me a perguntar que escolhas são estas de um pensamento único, que oprime os que pensam diferente para impor suas “verdades”?

Cabe, finalmente, dizer que escrever esse texto foi pensado em dois movimentos: o primeiro, evitado de algumas memórias pessoais do tempo em que Freire esteve entre nós, desde seu retorno do exílio, quando presenciei sua chegada, e de alguns eventos de que participei, convivendo mais de perto com ele; o segundo, com alguns destaques para conceitos centrais de sua obra que, ainda hoje, carecem de prática e de fazer acontecer, porque não se efetivam, se não, em contextos históricos.

Movimentos da memória: arquivos provocados

Memórias emergem quando estimuladas, e uma vez vindo à tona, certas lembranças acabam puxando outras; portanto, não se descarta o aspecto de surpresa dos dados que ela desperta.

A primeira chegada de Freire do exílio deu-se em 19 de agosto de 1979, em São Paulo. Estando a trabalho naquele dia 20 de agosto, na cidade, fui arrebatada, como muitos, a ir participar do ato de acolhimento a ele prestado no Tuca, Teatro da Católica (PUC-São Paulo). Um auditório lotado esperava, avidamente, para ver e ouvir Freire que já anunciara no aeroporto, quando indagado sobre o que pensava sobre o país daqueles anos, que precisava “reaprender o Brasil”. Não seria, portanto, essa a tônica de sua fala naquela noite. Ouvi, naquele dia, e ainda me emociono quando lembro, um Paulo Freire sensível revelar o quanto o “exílio fora extremamente pedagógico” para que ele pudesse “educar a saudade”. O que significaria, agora, para nós, viventes ameaçados e quase estrangeiros em nossa própria terra, quando 42 anos depois a ameaça do pensar diferente volta a nos afrontar? As reflexões daquele tempo ainda me inspiram até hoje e me servem de direção para compreender, em minha própria vida, alguns episódios a que também adjetivo de “meus exílios”. Anos mais tarde, revisitando a *Pedagogia do oprimido*, na obra que intitulou *Pedagogia da esperança* (1992), o educador assim se perguntaria, afirmando para si mesmo, sobre a experiência do exílio: “Como lidar com a saudade sem permitir que ela vire nostalgia”. E assim seguia, em resposta a tantas indagações que faziam rememorar aquele tempo:

No fundo, é muito difícil viver o exílio, conviver com todas as saudades diferentes – a da cidade, a do país, a das gentes, a de uma certa esquina, a da comida –, conviver com a saudade e educá-la também. A educação da saudade tem que ver com a superação de otimismo ingenuamente excessivos [...] (FREIRE, 1992, p. 34).

Paulo Freire rememora a experiência que marca sua revisitação a seu começo, depois de tantas outras obras escritas com base em suas andanças pelo mundo, com diversos companheiros de luta e de reflexões. Das ideias dessa obra tratarei mais adiante, no segundo momento-homenagem.

Não se perde, nessa reflexão, o pensador lúcido que sempre foi e se recoloca na atitude cotidiana de resistir, compreendendo criticamente as razões da opressão e do afastamento obrigatório a que fora forçado, assumindo que a “[...] capacidade crítica de mergulhar na nova cotidianeidade, despreconceituosamente, leva o exilado ou a exilada a uma compreensão mais histórica de sua própria situação”. Nova cotidianeidade que, como se referiu, se realiza em “contexto de empréstimo”, que passa a ser “[...] objeto de nossa reflexão crítica, muito mais do que o fazemos no nosso”. (FREIRE, 1992, p. 35)

Em finais dos anos 1980, Freire aceitou um convite da Fundação Educar (em que o Mobral se transformara) para atuar como consultor, dialogando com a equipe do Projeto Baixada¹ – uma experiência academicamente tratada na dissertação de mestrado de Ribeiro (2003) –, assim como para, com outra equipe, dialogar sobre sentidos da formação de educadores, um tema prioritário da Educar. Eu integrava a equipe e junto com várias companheiras, ajudava a conformar princípios e valores para o que deveria ser uma formação de educadores no campo da educação de jovens e adultos. Freire já se sentia cansado e sem disposição para viagens frequentes, o que atuar como consultor exigiria. Propôs, então, que fôssemos mensalmente a São Paulo, à sua casa no Alto do Sumaré, para essas conversas-diálogos, um restrito *círculo de cultura*, quando íamos com ele tecendo compreensões e reafirmando – por ele legitimadas – nossas concepções fruto de experiências, práticas e reflexões de tantos anos. Naquele escritório/biblioteca repleto de livros – que mais tarde recordei emocionada ao visitar o espaço reproduzido no Instituto Paulo Freire por ele criado em 1991 –, ouvíamos, pensávamos, formulávamos concepções e reafirmávamos outras ideias que vieram a constituir, mais adiante, a proposta político-pedagógica de formação para educadores da Educar que, no entanto, mal chegou a ser posta em prática, ceifada que foi a instituição pela extinção no governo Collor de Mello, um primeiro governo eleito (um desastre, em verdade), pós-Constituição de 1988.

¹ Projeto de Educação Básica para Jovens e Adultos na Baixada Fluminense - Projeto Baixada, em parceria estabelecida entre o poder público (Fundação Educar) e diversas entidades representativas dos movimentos populares da Baixada Fluminense, periferia da cidade do Rio de Janeiro. Entre 156 experiências concorrentes de diferentes países, em 1988 o Projeto Baixada conquistou o prêmio “Nadejda Kroupskaia”, da Unesco.

A última vez em que compartilhei de sua presença deu-se em agosto de 1996, em evento proposto por uma Rede de Comunicadores (*Communication Network*) – cujo denominador comum era o de agir dentro do mundo ecumênico, com alta qualidade de trabalho de todos os seus membros – que pediram a Claudius Ceccon, integrante e organizador, que programasse um encontro do grupo com Paulo Freire. Claudius, cartunista, fundador e secretário-executivo da Organização não Governamental Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), quando no exílio conheceu Freire e com ele atuara na proposição de materiais didáticos em programas de alfabetização em país africano. E Claudius, sabedor do sentido da presença de pessoa como Freire no Rio de Janeiro, entendeu não ser razoável ter a personagem privativa de um pequeno grupo, em sala restrita de um hotel da cidade onde se realizava o evento. Como eu atuava em projeto ambiental na Baixada Fluminense de que o CECIP era parceiro, e sendo da UERJ, Claudius pediu-me para negociar com a Universidade um espaço capaz de recepcionar Freire do jeito que ele merecia, podendo acolher muita gente que queria ouvir, sem dúvida, o educador.

O Teatro Odilo Costa, filho, o “Teatrão” da UERJ foi o escolhido para o acontecimento que marcou esta aparição pública de Freire no Rio de Janeiro. Um auditório lotado, no tempo em que se sentava pelos corredores, nos degraus, sem respeito a limites de segurança, partilhou embevecido, naquela manhã, reflexões freireanas que já incluíam suas novas preocupações com tecnologias e educação, tema definido pelo grupo do evento original que pedira sua presença. Para os jovens das gerações que ali estavam, um homem e um mito se encontravam e davam materialidade ao que a história tinha de memória mais recente dos tempos de arbítrio, mas que a política intentava fazer esquecer.

Meu encantamento não ficou aí: Claudius convidou-me para o almoço, em seguida, com que recepcionaria Freire, e nós quatro (com Nita, mulher de Freire) pudemos manter um diálogo mais estreito durante as cerca de duas horas em que a refeição se desenrolou. Paulo Freire escrevia seu *Pedagogia da autonomia* e o tema das conversas não foi outro, se não este: saberes necessários à formação de educadores. Freire, de tempos em tempos, tirava do bolso da camisa abotoada até o pescoço, seu caderninho de espiral superior e nele tomava seguidas notas, à medida que a conversa rolava. Mais tarde, livro publicado, pude identificar muitos temas de nossas conversas naquele dia, tratados com a maestria de sempre, nessa que é uma obra ímpar na coleção de textos e temas que Freire produziu, ao longo da vida.

Foi nosso último encontro. O seguinte, que se daria em Brasília, em janeiro de 1997, durante o evento regional latino-americano preparatório da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFITEA, Unesco), teve proposição de homenagem a Freire, pela Oficina Regional Latino-americana e Caribenha (OREALC/Chile). A homenagem para acontecer durante o evento foi rejeitada pelo governo brasileiro (de Fernando Henrique

Cardoso). O ministro da educação (sempre eles?) considerava estar Freire ultrapassado, em tempos de políticas educacionais neoliberais que negavam o direito à educação para todos, definido pela Constituição Federal de 1988, o que interditava, uma vez mais, jovens e adultos de um direito arduamente conquistado.

A OREALC, então, decidiu levar a homenagem para a sede da V CONFINTEA, que se realizaria em Hamburgo, na Alemanha, em julho de 1997. Mas a homenagem foi póstuma. Acometido por um ataque cardíaco, Paulo Freire deixou a vida em 2 de maio daquele ano, sem que tivesse desfrutado de uma merecida homenagem que seu país lhe negara. A negativa seguiu até Hamburgo, quando o Brasil recusou o direito que tinha de homenageá-lo, o que coube então ao Ministro da Colômbia fazer. Assistimos ali o mundo todo reverenciar Paulo Freire, sob o silêncio patético do Brasil, terra e raiz de um educador reconhecido por todos. (PAIVA, 2009).

Momento-conceito, momento-aprendizados

A partir dessas memórias mais intensas vivenciadas por mim ao longo dos anos em que atuei/atuo no campo da educação de jovens e adultos – era impossível não as entrelaçar com Freire, sendo eu contemporânea de um tempo em que tantas potências no campo se fizeram –, sigo com o anúncio que fiz no início desse texto.

Alguns conceitos são chaves no pensamento freireano e, rememorá-los aqui fazem com que Freire reviva entre nós, considerando os “óbvios” que ele resgatou como indispensáveis para assumir nosso compromisso com a educação que não podem ser perdidos. “É preciso assumir mais as coisas óbvias” foi uma das frases que o tendo ouvido dizer, jamais esqueci e que carrego como um alerta no meu fazer pedagógico.

E Freire, reiterativamente, tratava de temas essenciais ao pensamento pedagógico com os quais ia, em espiral ascendente, alargando, ampliando, retomando permanentemente, dada a força e o aprofundamento que conseguia extrair dos sentidos necessários à educação.

A dimensão exata de um homem que sofrera a saudade por 16 anos, em tantas passagens, tantos países e em tantas experiências se revela, mostrando a dignidade de se manter firme e aguardar o tempo da volta, naquela depois dialética e dialogicamente anunciada *esperança esperançosa* de que a obra *Pedagogia da esperança* de 1992 nos encharcou. A espera vã não constava da vida de Paulo Freire, nem de sua luta, porque exigia de si mesmo ação e transformação da realidade, sem o que a *esperança* é impossível, não tem lugar.

As *situações limite* que viveu, certamente, nas inúmeras experiências do exílio, tornaram-se não apenas *atos limite* com os quais demonstrou a potência de cada um de nós para ultrapassar dificuldades da nossa

aventura humana. Tornaram-se atos e políticas – seus *inéditos viáveis* – em países pobres do mundo, de América e de África, aos quais sua ação educadora e amorosa jamais se negou a compartilhar, assim como o fez em tantos outros países ricos, nos quais compreendeu a necessidade de fazê-los partilhar da compreensão de que sem a educação de todos os povos a sociedade sozinha não se transforma.

Minhas reflexões se fazem apontando que os contextos históricos em que acontecimentos do mundo, antes insuspeitados, causam horror e insegurança, também abalam em grande parte nossas convicções na humanidade. Por isso mesmo, não podem estar fora das reflexões e de necessárias revisões aos sentidos que vêm sendo produzidos, porque, sem dúvida, acontecimentos que acirram intolerâncias e ódios colocam em cheque mais do que os direitos sociais, se não a perspectiva mesma de *direito humano*, valor tão caro ao que discutimos. Cotidianamente, a própria condição de vida que as opressões produzidas pelo sistema econômico mundial vêm determinando às populações se vê atravessada pela possibilidade de novas ameaças, em tempos inimagináveis.

Nesses tempos globais, as mudanças no mundo do trabalho produziram multidões de desempregados, e a oportunidade de emprego não existe mais para muitos, com e sem qualificação. Ricos e pobres assustam e se assustam em todas as partes do planeta, em países ricos e em países pobres. Crescem as intolerâncias e as discriminações que fertilizam o ódio por desconhecer o próximo como *outro*. Sua presença obstrui e ameaça.

A experiência da sociedade civil, no entanto, tem ensinado algumas importantes lições, especialmente aos poderes públicos devotos do valor do pensamento único, que esvazia de sentido resistências e pensamentos divergentes. A forma de pensar hegemônica, somada ao quadro de pobreza das majorias e à perda de direitos historicamente conquistados (como é o caso do trabalho), compõem os marcos com os quais se exige propor a educação de jovens e adultos neste terceiro milênio, por se imaginar que é possível acreditar na história como possibilidade, que reinvente o direito à vida, com todas as diferenças, como iguais. Etnia e gênero, como direitos da cidadania, reproduzidos preconceituosa e historicamente no país, mitificados pelo ideário da democracia racial, se põem a nu e são, ainda mais, visados e violentados.

Dois conceitos freireanos se assomam a esta intervenção, pela pertinência e urgência do tempo histórico sombrio: o de *democracia* como base e fundamento da *igualdade*, na (re)conquista do direito à educação que nos parece (quase) perdido. São frutos não de uma pesquisa, especificamente, mas de todas as que vimos produzindo, porque conceitos são históricos e exigem revisão permanente. Ou seja, como Freire exigia: permanentemente reinventados por nós, que os recriamos na práxis social e educativa.

Paulo Freire, cujos vínculos com a cultura antropológica determinou outro olhar sobre os processos educativos, fez na prática, mais do

que no discurso, a vivência da *democracia*. Freire buscou compreender os fenômenos de nossa formação social, pelo ponto de vista psicossocial e como a questão da opressão se introduz e se instala no universo subjetivo do próprio oprimido. Nessa subjetividade produz não apenas atitudes submissas, mas extremamente autoritárias quando em situação favorecida – oprimidos que oprimem, aderentes ao conteúdo do opressor. O que o leva a demonstrar intensa preocupação com a desigualdade das relações de poder da sociedade e as necessárias rupturas para que outras práticas mais igualitárias possibilitem a conquista de direitos iguais para todos.

Ao mesmo tempo em que pensou e formulou sua *pedagogia do oprimido*, Freire experimentou e buscou práticas educativas que incorporassem a sociedade nas escolhas político-pedagógicas, fazendo-a participar da proposição de novos projetos que interessassem a classes sociais diferenciadas, com o objetivo da *equidade*. Para isso, defendeu o papel do sistema público como espaço de direito de todos, a ser modificado, alterado, pela *participação* de novos sujeitos no cenário escolar.

Durante o mandato de Luísa Erundina (1989-1992), à frente por dois anos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, incorporou, para além do sentido do educar que cabe à escola, amplos setores da sociedade nas múltiplas tarefas educadoras que necessitam envolvê-los. A perspectiva ontológica do *ser mais* para mulheres e homens, fazia-se ali pela via democrática, como forma de luta ou de busca sempre aperfeiçoada a esta realização humana. (FREIRE, 1994, p. 185)

Paulo Freire impõe-se, assim, para pensar o sentido educador – e até mesmo pedagógico – que a condição humana, em busca do *ser mais*, fundamenta na luta política pela *igualdade* e pela *liberdade*, o que passa a ser possível, no plano histórico, por meio da vivência do *método democrático*.

E justamente na contemporaneidade, Paulo Freire é *imprescindível* para interrogar o modelo de democracia que vivenciamos. *Democracia* tão pouco praticada nas escolas e nas instituições e governos, como se observa e – mais do que isto – se *sofre* na atualidade brasileira. A cultura entranhada na obra freireana inclui práticas democráticas no projeto educador: não apenas ensinar a letra, mas levar o homem à consciência de si, do outro, da natureza. Para Freire, é esse exatamente o sentido educador, quando expressa na Décima Quarta Carta do livro *Cartas a Cristina* (FREIRE, 1994, p. 183-184): “[...] é possível ensinar democracia? Que significa educar para a democracia?”

E remete suas reflexões às relações contraditórias, dialéticas entre *autoridade* e *liberdade*, assinalando que essas reflexões não podem se fazer afastadas das questões que envolvem o poder, o econômico, a igualdade, a justiça, a ética.

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. [...] Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. (FREIRE, 2001, p. 35).

Freire tomou a *liberdade* como categoria central de seu pensamento, desde *Educação como prática da liberdade*, de 1965, quando opta não por uma educação para a domesticação, para a alienação, mas para a *liberdade*, razão pela qual volta-se às condições da desigualdade social impostas por um modelo perverso de desenvolvimento. O faz tal como Amartya Sen (2010), anos depois, em *Desenvolvimento como liberdade*, ao tratar da ideia de que o reforço da *liberdade* humana é, simultaneamente, o fim principal e o meio primordial do desenvolvimento e que potencialidades individuais dependem fundamentalmente de dispositivos econômicos, sociais e políticos, o que reclama que fins e meios do desenvolvimento coloquem a perspectiva da *liberdade* no centro das atenções. O conceito de *desenvolvimento*, entretanto – se não foi diretamente tratado nas abordagens filosóficas freireanas –, estava presente nas concepções de mundo e de homem e de *igualdade*.

A opção política que vem sendo feita penaliza os mais vulneráveis, historicamente, corroborando o pensamento hegemônico de que “são pobres porque são analfabetos”, o que contraria a célebre tese freireana de 1959 de que “são analfabetos porque são pobres”, por ser justamente a desigualdade a produtora da situação de carências, que roubam a dignidade humana aos sujeitos.

Freire reconhece que a *democracia* não prescinde de fundamentos ontológicos e históricos – a vocação humana do *ser mais* –, o que implica não a restringir, apenas, à dimensão política, com o que se negaria a si mesma.

Uma ideia central em seu pensamento é a de que a luta incessante em favor da democratização da sociedade implica a democratização da escola, e nesta a democratização dos conteúdos e do ensino. E alerta aos educadores progressistas que não há como esperar que a sociedade brasileira se democratize para que comecem a ter práticas democráticas na escola, lembrando que essas práticas não podem ser autoritárias hoje, para serem democráticas amanhã. (FREIRE, 1992, p. 113-114).

Em muitos textos, Freire discute a relação que o *diálogo*, a consideração do saber dos sujeitos e do nível em que os educandos se encontram têm com a perspectiva democrática. Sua crença na *democracia* como fundamento da *igualdade* na educação, além de forte preocupação em demonstrar como é possível ensinar *democracia*, não deixa dúvidas: é preciso, para isso, testemunhá-la, lutar para que seja vivida, e que não apenas se resume em discurso sobre ela, muitas vezes contraposto por comportamentos autoritários.

Engajar-se em experiências democráticas, fora de que não há ensino da democracia, é tarefa permanente de progressistas coerentes que, compreendendo e vivendo a história como possibilidade, não se cansam de lutar por ela, democracia. (FREIRE, 1992, p. 195).

Anotações finais

Nosso sentimento cotidiano, depois que o país passou a ser alimentado pelo ódio e pela ameaça das armas, desprezando a cultura da civilização que a educação representa, tem tomado a noção de *esperança esperançosa* fertilizada pelo pensamento freireano e de (re)existência, uma apropriação forjada na potência da resistência e no desejo inexorável de existir, e não apenas sobreviver – sobrevivência como o que cabe aos desprovidos de privilégios, segundo o entendimento dos que sustentam a cultura escravocrata que perdura até hoje no Brasil.

A ação intelectual, reflexiva e cada vez mais fértil de Paulo Freire na compreensão dos contextos que geram desigualdade e interditam pessoas e gentes do direito à educação, fez-se sempre como ação política, jamais desprezando ou minimizando a prática militante, muitas vezes considerada um enviesamento na academia e pelos teóricos.

Não foram poucos – e não são, até hoje – os intelectuais que lhe reverenciaram o pensamento e a coerência com a qual exercitou um modo de pensar em favor das classes populares, seus saberes e práticas culturais cotidianas, desvelando os falseamentos da realidade das classes de prestígio e das elites, com que historicamente encobriram opressões e desprezo pelo povo trabalhador.

Em tempos em que a *democracia* ainda incipiente se vê ameaçada e a *liberdade* de expressão e de *autonomia* pedagógica também, entre outros tantos ataques feitos às tímidas conquistas de direitos da cidadania pós Constituição de 1988, cujos 13 anos de governos progressistas deixaram um gosto bom de mundo possível entre nós, brasileiros, cabe assumir *democracia*, *exercício democrático*, *liberdade*, *emancipação*, *autonomia* como conceitos redivivos a que Paulo Freire não deu apenas conteúdo teórico, mas recheou-os de substância, de vida. Para ele, *prácticateoriaprática* andam juntas e não se fazem sem relações inacabadas – sempre – do nosso fazer-nos humanos, na aventura de viver e de *ser mais*. Paulo Freire sonhou para nós uma outra educação possível, desvelando o que se ocultava por detrás das interdições de classe e fazendo-nos participar juntos do mesmo sonho. Por nós deu sua vida de educador, ajudando-nos a compreender o mundo cada vez mais... para transformá-lo, para reinventá-lo. E deixou-nos – a todos que conhecemos o homem e a obra –, não como discípulos, mas como guardiães do legado que destinou a cada homem e mulher que aceite o desafio de, com a mesma amorosidade com que ele pensou a realidade brasileira, agir e transformar nossa terra, “[...] pens[ando] sobretudo no sonho possível, mas nada fácil, da invenção democrática de nossa sociedade” (FREIRE, 1995, p. 32).

Pensemos neste alerta e sigamos, reinterpretando Freire, em tempos em que sua presença – mais do que nunca – se faz vívida e necessária na realidade brasileira, quando a desigualdade se acirra e o direito à educação disputa com o direito à vida de mulheres, homens, trans, jovens, negros,

pobres, favelados, desempregados, desalentados... um espaço de viver como cidadão brasileiro, sem temer de novo o exílio, nem de ser exilado em sua própria terra.

Referências

- ANDRADE, E. R. *Nos limites do possível: uma experiência político-pedagógica na Baixada Fluminense*. Dissertação. IESAE/FGV. Rio de Janeiro, 1993.
- BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 28 abr. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 12.612 de 13 abr. 2012*. Declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12612.htm. Acesso em 28 abr. 2022.
- BRECHT, B. s. l. s. d.
- FREIRE, P. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1995.
- FREIRE, P. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- PAIVA, J. *Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: DP et Alii: FAPERJ, 2009.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.